

VISÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE ALFABETIZADOR NA ESCOLA DO CAMPO

Edma Ferreira da Silva Souza¹
Katia Cristina Nascimento Figueira²

Definição de estilo: Resumo - Título: Espaçamento entre linhas: 1,5 linhas

RESUMO

Neste artigo analisa-se a aprendizagem dos professores alfabetizadores no curso de Pós-Graduação em Educação do Campo. O tema dessa pesquisa é a visão do desenvolvimento profissional do docente alfabetizador na escola do campo, de cunho qualitativo, construída a partir da formação continuada na modalidade híbrida oferecida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os sujeitos desta pesquisa são docentes alfabetizadores do ensino fundamental da Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, do entorno de Campo Grande-MS, matriculados no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo. A finalidade desta análise é identificar os desafios e as dificuldades que professores têm enfrentado ao buscar educação mais igualitária para os estudantes da escola do campo. Foram utilizados como instrumentos de investigação questionário e entrevista aplicada aos docentes participantes desta pesquisa. Destaca-se a importância do conhecimento e de estudos sobre as políticas públicas que garantem os direitos sociais do ensino e da aprendizagem das crianças e também as formações continuadas dos professores alfabetizadores que poderão cooperar com esta pesquisa. Este texto, cujo embasamento teórico volta-se às pesquisas de Gramsci, Marx e Engels, Frade e Esteban, justifica-se por contribuir com outros trabalhos já publicados na região centro-oeste sobre formação de docentes alfabetizadores da Educação do Campo, podendo colaborar com os demais estudos nesta área.

Palavras-chave: Desenvolvimento Profissional. Docentes Alfabetizadores. Educação do Campo.

VISION OF THE PROFESSIONAL DEVELOPMENT OF THE LITERACY TEACHER IN THE SCHOOL OF THE FIELD

ABSTRACT

This article analyzes the learning of literacy teachers in the post-graduate course in field education. The theme of this research is the vision of the professional development of the literacy teacher in the field school, of a qualitative nature, built from the continuous training in the hybrid modality offered by the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS).

¹ Mestre em educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2016), professora formadora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – Coordenadoria de Formação continuada – Cefor. Email: edma_nte@yahoo.com.br

² Doutora em educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2011), professora adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul dos cursos de graduação em pedagogia e pós-graduação *Stricto Sensu* mestrado profissional em educação. Email: katiufigueira@uems.br

The subjects of this research are Primary school literacy teachers at the Governor Arnaldo Estevão Figueiredo Municipal Agricultural School from the surroundings of Campo Grande MS, enrolled in the Lato sensu Post-graduation in Field Education. The purpose of this analysis is to identify Challenges and difficulties that teachers have faced to find more egalitarian education For the students of the country school. A questionnaire and an interview were applied to the teachers participating in this research as research tools. It stands out the importance of knowledge and studies on the public policies that guarantee the social rights of children education (teaching/learning), as well as the continuing education for literacy teachers who can cooperate with this research. The reading of some authors helped in the elaboration of this article and the theory behind this study has the focus on researches by Gramsci, Marx and Engels, Frade and Esteban, authors that contributed with other published researches, in the Midwest region, about training of literacy teachers of Field Education, and it may collaborate with other studies in this field.

Keywords: Professional development. Literacy teachers. Field education.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa sobre a aprendizagem dos professores alfabetizadores da Educação do Campo no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo, modalidade híbrida, e tem como objetivo identificar os desafios e as dificuldades que os professores alfabetizadores têm enfrentado ao buscar uma educação mais igualitária para os estudantes da escola do campo no entorno de Campo Grande-MS.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei n. 9394/96) sofreu algumas alterações, com inclusão e exclusão de informações, de acordo com a Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. No art. 4º foram incluídos os incisos I e II, ficando da seguinte forma:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio. II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, N. 9394).

No que diz respeito à esfera normativa para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a Lei n. 12. 796, de 4 de abril de 2013, ao alterar o art. 29 da LDB, dispôs sobre a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, estabelecendo como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O art. 62 também foi alterado definindo que a formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de

educação, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do Ensino Fundamental.

As políticas públicas de Educação Infantil em nosso país são recentes, considerando as diversas atribuições que lhe têm sido dadas ao longo de suas trajetórias históricas, até sustentarem-se no campo educacional e serem legitimadas pelos órgãos e instituições que legislam o sistema educacional brasileiro.

A Lei n. 12.801, de 24 de abril de 2013, sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União de acordo com o compromisso formal assumido pelo governo federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Por meio da Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012, o Brasil instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, definindo as diretrizes gerais de suas ações em seu art. 2º:

Ficam instituídas as ações do Pacto, por meio das quais o MEC, em parceria com as instituições formadoras e os sistemas públicos de ensino dos estados, Distrito Federal e municípios, apoiará a alfabetização e o letramento dos estudantes até o final do 3º ano do ensino fundamental, em escolas rurais e urbanas, e que se caracterizam: I- pela integração e estruturação, a partir do eixo Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas do MEC que contribuam para a alfabetização e o letramento. (BRASIL. PORTARIA N. 867, de 4 de abril de 2012).

Essa legislação revela a importância das políticas públicas destinadas a esta etapa da educação, que devem primar por um atendimento de qualidade em termos de estrutura física, dos profissionais que ali atuam, de propostas pedagógicas, de segurança, de alimentação e de garantia dos direitos das crianças, pois são nesses espaços educativos que crianças permanecem, muitas vezes, por uma jornada de 45 (quarenta e cinco) horas semanais.

Para que os direitos das crianças à educação sejam garantidos, é necessário que políticas públicas sejam decisivas na ampliação dos serviços e estejam alinhadas à luta por mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade civil organizada, observando aqui as desigualdades de acesso. Isso certamente irá colaborar para que se efetive, na prática, o que já está proposto pela legislação.

A Educação do Campo se consolidou no Brasil como política pública no início do século XXI, sendo incorporada à legislação educacional do país via aprovação no Conselho

Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2002 e 2003. No Mato Grosso do Sul, a Secretaria Estadual da Educação e o Comitê Básico da Educação do Campo publicaram a Deliberação n. 7111 do Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre o funcionamento nas Escolas do Campo.

No entanto, para a sua concretização nas práticas pedagógicas, são necessários cursos de formação continuada para os docentes terem um entendimento teórico que promova reflexão e discussão acerca da melhoria de qualidade da Educação do Campo, que deve ser provida com base nos seguintes fins e objetivos:

Art. 5º I. Universalização do acesso; II. erradicação do analfabetismo; III. formação integral e apropriação pelo aluno do campo, dos conhecimentos historicamente acumulados; IV. articulação do ensino com a produção e a preservação do meio ambiente; V. formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, com condições efetivas de intervenção para a transformação da realidade local e da sociedade; VI. reconhecimento e valorização dos aspectos sócio-econômico-culturais do homem do campo, visando à sua fixação a terra. (DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 7111, de 16 de outubro de 2003).

De acordo com as referidas diretrizes, as atividades escolares de pesquisa, estudo, leitura e outras poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos com orientação e acompanhamento de professores habilitados, podendo também ser admitida a educação a distância (EaD) como forma de ensino complementar para a educação básica nas escolas do campo.

A formação para o desenvolvimento dos professores far-se-á em cursos oferecidos pelas mantenedoras das escolas do campo, que deverão adotar procedimentos para garantir a continuidade dos estudos, pesquisas e reflexões, sobretudo das referências culturais, a predominância da economia de cada região, os projetos de cada localidade e também os anseios da comunidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: A identidade da escola do campo é definida pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 1, 2002 ONLINE).

A LDB, que regulamenta a educação nacional, determina no art. 28 a oferta de educação básica para a população rural, definindo que os sistemas de ensino promoverão as

adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.
(BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL N. 9394).

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), lançado em março de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, tem como pressuposto o oferecimento de apoio técnico e financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para implementação de políticas de educação do campo. O PRONACAMPO estabelece um conjunto de ações para acesso, permanência e aprendizagem nas escolas, com valorização do universo cultural da população residente no campo, formação inicial e continuada de professores e infraestrutura física e tecnológica, dividindo-se em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

Dentre as ações previstas no programa estão o fortalecimento das escolas do campo e quilombolas, que em 2013 receberam material pedagógico adequado às especificidades da vida do campo. Por meio do programa Mais Educação, 10 (dez) mil escolas do campo passaram a oferecer educação integral, com cursos de licenciatura para formação de professores e cursos de aperfeiçoamento. A partir de 2013 foi proposta a construção de mais polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para auxiliar na formação dos professores do campo. Assim, integrando essa oferta de cursos, inserem-se o curso superior de Formação de Educadores do Campo e a Pós-Graduação *lato sensu* em Educação do Campo, oferecidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e pela Universidade da Grande Dourados (UGD) na modalidade híbrida.

Proposta de investigação

Os dados desta pesquisa foram obtidos com 05 (cinco) professores alfabetizadores que atuam na Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, matriculados no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo oferecido pela UFMS.

Os professores precisam de oportunidades para ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos para planejar as situações didáticas, visando à melhoria no desenvolvimento de competências pedagógicas em sala de aula. Aprofundar os conhecimentos os tornam exemplos de leitores e usuários da escrita para os seus alunos. A formação continuada pode contribuir para esse desenvolvimento, proporcionando uma ação reflexiva do ensino e da aprendizagem em seu cotidiano escolar. Porém, nem sempre é possível a participação de quem trabalha nas escolas do campo nas formações – as dificuldades de acesso aos polos de apoio à educação a distância são alguns dos entraves.

Este trabalho é de cunho qualitativo, constituído pelo levantamento de informações e pelo estudo a respeito da formação continuada dos professores alfabetizadores, bem como da aprendizagem desses profissionais no ambiente *online*. Para a realização da pesquisa registraram-se debates, questionamentos e trocas de experiências nos encontros presenciais que aconteceram no Núcleo de Tecnologia Educacional de Campo Grande e também na UFMS, com a utilização de tecnologias e recursos midiáticos.

Das quatro turmas compostas por cursistas matriculados no curso de Pós-Graduação da UFMS, foram escolhidos os docentes alfabetizadores que atuam na referida escola para fornecer as informações mediante questionário e entrevistas, cujos dados foram tabulados e descritos nesta pesquisa. A pesquisa considerou as perspectivas de formação continuada desses profissionais a partir de suas vivências e experiências no ambiente de trabalho.

Contextualização histórica da Escola

A Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo foi criada por meio da Lei n. 3.291, de 08 de novembro de 1996, implantada em 1997, com o objetivo de oferecer inicialmente as séries finais do Ensino Fundamental em turno integral, com ensino voltado para a pré-qualificação em agropecuária e o aperfeiçoamento das atividades na área rural.

Localizada na rodovia MS 451, KM 10, numa área de 150 hectares e 7.229 m² de área construída, na região do distrito Três Barras, a 35 quilômetros de Campo Grande, a escola, pertencente ao Núcleo da Educação do Campo e dispõe de infraestrutura de ensino voltada para o meio rural. As aulas teóricas são reforçadas com as aulas práticas de bovinocultura, suinocultura, avicultura e piscicultura, além da produção de hortaliças e frutas (pomar).

A escola iniciou suas atividades com 72 (setenta e dois) alunos e 05 (cinco) professores. Hoje são aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) alunos matriculados em 14 (quatorze) turmas, que vão desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio, 32 (trinta e dois) professores, sendo 03 (três) engenheiros agrônomos, 01 (um) médico veterinário, 03 (três) zootecnistas e 02 (dois) biólogos. São aproximadamente 20 (vinte) funcionários administrativos, comprometidos com o ideal de melhorar da qualidade de ensino, tendo como foco principal de todas as ações a aprendizagem do aluno e sua qualificação profissional. Mantida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), do Ministério da Agricultura e de doações, a escola tem hoje cerca de 70 (setenta) bovinos, 100 (cem) galinhas, 5 (cinco) cavalos, peixes, porcos e aves, além das plantações. A aprendizagem dos estudantes da Escola Agrícola vai além das mesas e cadeiras; é na lida que os alunos apreendem a trabalhar na horta e a fazer o manejo dos animais, entre outras dezenas de técnicas.

A proposta pedagógica da escola para o acompanhamento e o assessoramento aos professores alfabetizadores e demais profissionais é organizada pelo diretor, pelo diretor adjunto e pela coordenadora, com o objetivo de executar as ações que estão no Projeto Político Pedagógico. Com a colaboração da comunidade escolar, essas ações programadas são desenvolvidas, acompanhadas e avaliadas em um trabalho coletivo, visando à unidade do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos do campo.

O processo de desenvolvimento profissional dos docentes e as práticas pedagógicas que acontecem na Escola Agrícola foram constatados em visita à instituição. Nessa visita registraram-se a organização das formações continuadas, previstas no calendário escolar, e os planejamentos de aula, momentos em que compartilham materiais, atividades e soluções de problemas do dia a dia na escola. Os docentes alfabetizadores participam do Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PINAIC), além de outros cursos e estudos propostos na unidade escolar.

A Escola Agrícola possui uma matriz curricular diferenciada no ensino fundamental, com disciplinas comuns e outras técnicas, que são: Iniciação às Práticas Agrícolas, Práticas Zootécnicas, Práticas Industriais, Práticas Comerciais, Informática Aplicada, Jogos e Brincadeiras de Infância. Por ser de período integral, têm suas metodologias específicas que vão desde a alfabetização até a profissionalização. Os professores são pedagogos com formação técnica, fazem pesquisas e selecionam materiais, por terem mais facilidade para elaborar e preparar os conteúdos das disciplinas específicas. Com esses materiais selecionados, preparam as atividades e compartilham com os demais professores da unidade escolar.

A grande dificuldade da escola é a falta de materiais didáticos. Os livros técnicos utilizados no ensino médio são de nível superior; os professores precisam planejar e preparar atividades para as aulas com muita organização, dentro de uma linguagem acessível aos alunos, ou seja, fazendo a transposição didática. Assim, com base nos livros técnicos, os conteúdos são elaborados pelos professores para disponibilizar aos alunos as disciplinas de: Estudo da Vocação Regional e Elaboração de Projetos, Produção Animal I, Produção Animal II, Produção Vegetal I, Produção Vegetal II, Irrigação e Drenagem, Topografia, Construção Rural, Silvicultura, Mecanização, Produção Agroindustrial, Gestão de Empreendimentos, Turismo Rural e Ecológico, além das outras disciplinas comuns. Toda essa diversidade de conteúdos fornece certificação técnica de Ensino Médio em Agropecuária, com o título de Profissional Conferido, válido em todo o território brasileiro. O ensino na Escola Agrícola precisa do olhar da Secretaria de Estado de Educação e das políticas públicas de Estado para ampliar os materiais didáticos específicos.

Para relatar os dados a partir dos questionários recebidos, selecionamos aleatoriamente três perguntas para compor este artigo, as quais acompanham dados parciais dos professores que participaram da pesquisa. Por uma questão ética, os mesmos receberam letras como identificação.

Para a questão 1 – com a expansão da EaD (educação a distância), como você caracteriza a educação para formação de professores alfabetizadores nas escolas do campo – obtiveram-se as seguintes respostas:

É importante observar que a escola possui sua realidade local, suas qualidades e dificuldades, e com o avanço da EaD ficou mais fácil para os professores alfabetizadores participarem de formações, pois, geralmente os cursos tem a parte presencial e a distância, com isso ficamos pouco tempo longe da família e da escola (Professora A).

A formação de docentes alfabetizadores por meio da EaD veio minimizar os problemas financeiros e de tempo no deslocamento para locais dos cursos de longa duração, hoje podemos compartilhar informações e experiências didáticas com colegas de diversos locais por meio da Internet (Professora C).

Os cursos a distância oferecem materiais e atividades que podem ser estudados e discutidos, pois com a EaD não há barreiras para que o conhecimento chegue às pessoas mais distantes ou que tem dificuldades de acesso às informações (professora E). (DADOS COLETADOS NA ESCOLA MUNICIPAL AGRÍCOLA GOVERNADOR ESTEVÃO DE FIGUEIREDO, 2014).

De acordo com os dados das professoras alfabetizadoras A, C e E, observa-se que os cursos de formação continuada na modalidade a distância tiveram efeito positivo para todas as educadoras que se propuseram a responder a esse questionário.

Para a questão 2 – descreva como seria o curso de formação continuada ideal para o seu desenvolvimento profissional onde atua – as professoras responderam que:

O curso necessário ou ideal para a nossa realidade da Escola Agrícola seria para a produção de materiais didáticos apropriados no contexto do campo e com a relevância de conteúdos do mesmo nível do que é oferecido na escola urbana. Gosto muito de ser alfabetizadora de crianças do campo, sei que como professora estou fazendo parte de um tempo de conquistas, podendo cooperar com ideias e práticas novas (professora L).

O ideal para o desenvolvimento profissional meu, seria formações com conteúdos voltados para discussões teóricas que envolva livros de fontes primárias com informações sobre o campo, dificuldades de aprendizagem, avaliações, contexto da realidade local e inclusão social (professora M).

A formação ideal para minha realidade aqui na Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, é ter a oportunidade de participar de cursos voltados para temáticas sobre a educação do campo com discussões e integração de experiências vivenciadas nas escolas rurais (Professora S). (DADOS COLETADOS NA ESCOLA MUNICIPAL AGRÍCOLA GOVERNADOR ESTEVÃO DE FIGUEIREDO, 2014).

Os relatos descritos pelas professoras L, M e S sinalizam a necessidade de formações continuadas contextualizadas a sua realidade local, com objetivos e metas, propondo atividades focadas para os docentes e aprendizes das escolas do campo.

Algumas propostas de ações executadas pela coordenação da Escola Municipal Agrícola

Dentre as ações executadas pela coordenação da Escola Municipal Agrícola, o atendimento coletivo e individual é realizado em momentos específicos, como, por exemplo, no planejamento pedagógico que os professores cumprem na escola – atualmente são 4 horas na unidade escolar e 3 horas de livre acesso para cumprir onde desejarem. No tempo em que eles estão na escola são orientados individualmente em suas dificuldades pedagógicas com sugestões de resoluções de problemas do dia a dia. A grande maioria das professoras alfabetizadoras tem em média quinze anos de experiência na educação nos anos iniciais e, quando surgem conflitos que precisam de ajuda, a coordenação conversa e sugere possibilidades de solução. Caso seja necessário, busca-se ajuda junto à Secretaria Municipal de

Educação ou a colegas que possam colaborar com informações a serem levadas às professoras alfabetizadoras, de acordo com suas dificuldades.

A escola realiza reuniões pedagógicas mensalmente, onde são discutidas e estudadas as temáticas mais urgentes solicitadas pelos professores, que são organizadas para esses momentos de estudos; os assuntos não são especificamente sobre a Educação do Campo, e sim relacionados ao movimento da escola.

Os alunos têm livre acesso à internet, sem nenhum bloqueio, e quando surge algum problema de acesso indevido, vídeos enviados para celulares Wi-Fi ou outros tipos de acesso não pedagógicos, a diretora adjunta e a coordenadora conversam com os alunos, informando-os sobre a importância da utilização correta dos recursos tecnológicos para pesquisar e estudar, ampliando seus conhecimentos.

Nessa linha de pensamento é possível afirmar que o processo de formação permite aos docentes se apropriarem da ação e recriarem outros espaços, outras formas diferentes de aprendizagem, modificando a realidade em que atuam.

A educação e sua diversidade de saberes, assim como as diferenças individuais presentes na escola do campo, precisam de políticas públicas que possam investir mais no desenvolvimento profissional do docente para que possam ter condições de refletir sobre suas ações em sala de aula. Ao discorrerem sobre Feuerbach, Marx e Engels apontam a existência humana como uma construção histórica bem como a necessidade de se educar o educador.

A doutrina materialista, segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, segundo a qual os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado (MARX; ENGELS, 1986, p. 126).

Neste sentido, pode-se potencializar a questão de formação continuada de professores alfabetizadores como processo dinâmico de humanização. O sujeito precisa se inter-relacionar para produzir e para adquirir conhecimentos.

Referencial teórico

Para levar a termo o estudo sobre o curso de formação continuada dos professores alfabetizadores em Educação no Campo, faz-se necessário amadurecer o entendimento sobre o Estado, que formula diretrizes para essa modalidade educacional.

Nesse sentido, será construído um percurso formativo por meio da apreensão das categorias centrais de Antonio Gramsci, formuladas em sua concepção de Estado. Para o autor, o Estado deve ser entendido pela composição da sociedade política, que representa a força, a coerção e a sociedade civil, formada por uma rede de funções educativas e ideológicas que dirigem a sociedade hegemonicamente. As relações de classe, nessa perspectiva, vão além da percepção econômica, pois há uma ampliação do conceito de superestrutura. A educação, por conseguinte, deve ser compreendida no âmbito dessa relação existente no interior do Estado capitalista. Sobre a conceituação de Estado, afirma o autor:

[...] Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p. 269).

Nessa base teórica amadurecem alguns aspectos importantes para o entendimento da função do Estado em uma sociedade capitalista. Para Gramsci (2011), o Estado deve ser na realidade concebido como “educador”, na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização:

[...] Se todo Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidade (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades), e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos (GRAMSCI, apud COUTINHO, 2011, p. 282).

Gramsci (2011) defende que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política. O Estado deve ser entendido além do aparelho de governo e do aparelho “privado” de hegemonia (Igreja, escola, imprensa) ou sociedade civil, abarcando também o processo de luta de classes e das conquistas populares no âmbito do próprio Estado capitalista.

A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estaduais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, forma o aparelho da hegemonia política e cultura das classes dominantes (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 2011, p. 270).

De acordo com esse autor, o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil às estruturas econômicas, mas é preciso que o Estado *queira* fazer isto, ou que o seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica. Assim, as políticas públicas devem ser compreendidas em relação à conformação específica do Estado no interior do qual foram concebidas.

A formação para o desenvolvimento profissional do docente alfabetizador é um procedimento que demanda visão crítica sobre seus aspectos pessoais, visões e crenças sobre a educação, bem como sobre a instituição de ensino em que ele trabalha as problemáticas sociais que aparecem na escola, as formas de ensinar e aprender. O autor enfatiza que o homem ativo de massa atua de forma prática, mas não tem uma clara consciência teórica dessa sua ação, que, não obstante, é um conhecimento na medida em que o transforma.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto em base de ações vitais em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1991 p. 13).

É preciso que haja, nesse contexto, a construção de saberes que possam servir como instrumento para análise da realidade, compreender o que há por trás das situações com as quais se depara no seu ambiente profissional.

De acordo com Esteban (2012), que trata das considerações sobre a política de avaliação da alfabetização a partir do cotidiano escolar,

As políticas públicas devem zelar pelo bem viver das crianças, garantindo-lhe as condições necessárias a um desenvolvimento pleno e feliz; e a aprendizagem delas deve ser, sem qualquer dúvida, a principal preocupação da escola (ESTEBAN, 2012, p. 573).

Esteban (2012), em suas reflexões sobre as políticas públicas para a alfabetização, as relações estabelecidas entre os processos instaurados e os resultados obtidos nas esferas micro e macroestruturais, articula sobre os sentidos que a avaliação vem adquirindo no contexto das políticas públicas e no cotidiano escolar. Ele situa as políticas de avaliação em

controvérsias, reduções, fraturas, rasuras e caleidoscópios, que contrapõem exame a avaliação, e discute processos que possam dar efetiva contribuição à alfabetização das crianças das classes populares.

Para Frade (2007), nas discussões e práticas contemporâneas, há novas questões relativas ao conteúdo da alfabetização que os “métodos tradicionais” não previam. Ele afirma que esses conteúdos avançaram muito em complexidade, o que recai também sobre a formação de professores. Portanto, é necessário que este tenha a oportunidade de participar de seminários, congressos, palestras e oficinas para ter condições de discutir, propor ações e colaborar no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

As relações entre as formas de organização do ensino, os paradigmas sobre o papel da escola e sobre o aprendizado vão repercutir historicamente em métodos de alfabetização:

Discutir metodologias, então, significa discutir a própria escolarização e a história deste campo de saber. No entanto, não só de metodologias da alfabetização vive a escola e várias metodologias cruzam seu interior: tanto aquelas referidas à organização escolar como aquelas de base conceitual, seja esta filosófica, psicológica, sociológica ou antropológica ou todas elas juntas (FRADE, 2007, p. 22).

Neste sentido, a autora ressalta que a ação pedagógica desenvolvida na escola não deve se opor a métodos, mas associar as metodologias para ensinar o sistema de escrita, pois sabemos que a habilidade só acontece com o ensino da compreensão e da fluência, colaborando para que os alunos se tornem leitores e produtores de textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser professor alfabetizador hoje é um desafio que vai muito além do domínio de disciplinas, das definições científicas ou da explicitação de assuntos relacionados ao conteúdo. O importante é ser um professor articulador dos saberes para enfrentar os desafios que a prática cotidiana na escola lhe impõe.

A pesquisa constatou a importância do papel do docente na formação humana por meio de ações educativas organizadas e planejadas, e as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento na infância, dentre outros aspectos essenciais na formação continuada como professores alfabetizadores compromissados com educação de qualidade para os alunos do campo e com seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Acredita-se que as políticas públicas de formação de professores na modalidade híbrida sejam um dos itens relevantes, devido a distância e à situação financeira dos professores da Educação do Campo. Com essa perspectiva, aprofundam-se os desafios para o desenvolvimento profissional dos docentes alfabetizadores.

São diversos obstáculos apresentados, como a adequação do currículo, a infraestrutura tecnológica, a exclusão digital, a carga horária excessiva de trabalho, a formação do professor e a gestão do tempo.

A formação do docente alfabetizador é um caminho a ser persistido por aqueles que buscam o aperfeiçoamento profissional, que têm consciência dos problemas sociais e estabelecem soluções a partir da reflexão de sua prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 abril. 2014.
- _____. **Portaria n.º 867, de 4 de julho de 2012.** Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 2012. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf. Acesso em: 30 abril. 2014
- _____. Diário Oficial da União ano CL n° 65. **Lei n° 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 abril, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em 30 abril de 2014.
- _____. Diário Oficial da União ano CL n° 79. **Lei n° 12.801, de 24 de abril de 2013.** Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis n°s 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abril, 2013.
- ESTEBAN, Maria Tereza. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, dez. 2013.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação Santa Maria**, v. 32, n. 01, p. 21-40, 2007.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Estado e Sociedade** Civil IN: COUTINHO, C. N.(org.) O leitor de Gramsci: escritos escolhidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** (I – Feuerbach), Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1/02. Brasília, DF, 2002.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Deliberação CEE/MS nº 7111/2003**. Dispõe sobre o funcionamento da Educação Básica nas Escolas do Campo no sistema de Ensino de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, 2003.

<http://www.campograndenews.com.br/rural/escola-agricola-de-campo-grande-obtem-a-3a-melhor-nota-no-pais>. Acesso em: 29 de abril, 2014.